

**A CULTURA POPULAR COMO COADJUVANTE NO PROCESSO DE
LETRAMENTO: O CASO DA LITERATURA DE CORDEL**

Vilma Mota Quintela

Profª Drª da Faculdade São Luís de França (FSLF)
Email: vilmaquintela@yahoo.com.br

Até uns oito anos mais ou menos, eu nunca tinha ido à cidade. Quando fui pela primeira vez, vi um rapaz vendendo uns folhetos na feira e pedi a meu pai para comprar um. Eu fiquei doído com aquele negócio daquelas letras, como era que se lia aquilo.

(Depoimento de Manoel D’Almeida Filho, importante autor do cordel nordestino, sobre o seu ingresso na cultura letrada.)¹

*É difícil achar qualquer avaliação explícita dos aspectos positivos das culturas orais, às vezes definidas de forma negativa como culturas ‘sem tradição escrita’.*²

RESUMO:

Neste trabalho, busca-se problematizar a dicotomia oralidade - escrita, historicamente posta pela concepção grafocêntrica ocidental, que parte do pressuposto da oralidade como uma etapa primitiva da civilização. Para tanto, servem de referencial teórico estudos relacionados à história ocidental das práticas de leitura e escrita, na qual se busca elementos para uma reflexão sobre a prática da leitura oralizada que tornou possível a formação de sistemas culturais como a literatura de cordel no Brasil. Com base nisso, cumpre ressaltar a relação efetiva existente entre práticas da oralidade e práticas letradas como um fato cultural recorrente na história ocidental. Mais especificamente, destaca-se aqui a experiência dos poetas nordestinos Manoel D’Almeida Filho e João Martins de Athayde, tendo-se em vista estabelecer um contraponto entre as práticas de leitura e escrita aí flagradas e as práticas oralizadas instituídas no *Ancien Régime*, estudadas por Roger Chartier. Os estudos de Chartier sobre práticas de leitura e escrita nesse período histórico servem aqui de base à reflexão e ao questionamento da noção restritiva e,

¹ Cf. QUINTELA, Vilma M.. **O Cordel no fogo cruzado da cultura**. Salvador: UFBA, 2006. Tese de doutoramento inédita.

² Cf, GNERRE, Maurizio. **Linguagem, escrita e poder**. 4ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

conseqüentemente, simplificadora do letramento como um fenômeno unívoco, necessariamente, associado à prática da instrução formal. Neste artigo, a literatura de cordel nordestina aparece como um exemplo contemporâneo inequívoco do trânsito permanente entre essas duas modalidades complementares da linguagem verbal, na cultura brasileira.

Palavras-chave: Oralidade. Letramento. Dicotomia oralidade-escrita. Trânsitos culturais. Literatura de cordel.

Em “As Práticas da escrita”, texto que integra o 3º volume da coleção *História da vida privada* (ARIÈRS e CHARTIER, 1993), Roger Chartier considera, entre outras coisas, o processo histórico referente ao ingresso das sociedades ocidentais na cultura letrada. Para o autor, os progressos da alfabetização entre os séculos XVI e XVIII, na Europa, bem como a circulação mais densa da palavra escrita, manuscrita ou impressa constituíram transformações decisivas, que traçaram, pela primeira vez, a fronteira entre os gestos culturais privados e os gestos da vida coletiva. Junto com isso, se observa a difusão da prática da leitura silenciosa, que possibilitou uma relação solitária e íntima entre o leitor e o livro, muito distinta da tradicional leitura oralizada, isto é, a leitura coletiva, compartilhada entre o recitador e uma audiência. Quanto a isso, Chartier destaca que, no início da era moderna, a prática da leitura silenciosa abriu para o homem horizontes inéditos. Essa prática realizada na intimidade, em um espaço subtraído à comunidade, tornou possível a reflexão solitária do cidadão comum, sendo essa "privatização" da leitura, para o autor, incontestavelmente uma das principais evoluções culturais da modernidade.

Não obstante, ao ressaltar o fato do domínio desigual da escrita no período do Antigo Regime francês, Chartier não deixa de observar que as evoluções trazidas pela modernidade não significaram, em absoluto, a eliminação da leitura oralizada, até o século XVI, a principal modalidade de compartilhamento dos textos escritos. Ao contrário, a leitura em voz alta permaneceu, pelo menos até o século XVIII, como uma prática concorrente, que, diferentemente da leitura solitária, importava o benefício de ser acessível também a indivíduos não alfabetizados. **A propósito diz o autor:**

A leitura em voz alta feita por quem sabe ler para os que sabem menos bem ou nada constitui uma prática habitual, na cidade e no

campo, por trabalho ou por lazer, ao acaso da rua ou entre companheiros de labuta. Os objetos de tais leituras são variados, indo dos "livres de pourtraicture" — coletâneas de modelos e padrões manejados nas oficinas do século XVI— aos cartazes afixados nos muros da cidade, dos textos religiosos (na Suábia, em fins do século XVIII, os camponeses se reúnem para ler juntos a Sagrada Escritura) aos livros de ampla circulação, como na França os títulos da "Bibliothèque bleue" [Biblioteca azul](...). (Cf. ARIÈS e CHARTIER, p. 154.)

Como se pode deduzir daí, o ingresso das sociedades modernas na cultura letrada, possibilitado pelo advento da imprensa, e, sem dúvida, pela difusão da alfabetização, não se confunde, necessariamente, com o ingresso dessas mesmas sociedades no sistema de escolarização. Há que se estabelecer, quanto a isso, uma distinção entre escolarização e letramento, bem como entre letramento e alfabetização. Para compreendermos essa diferença é necessário observar as questões sócio-históricas da aprendizagem da leitura e da escrita, as quais nos permitem conceber as práticas sociais de uso da escrita no âmbito dos contextos sociais, políticos e culturais em que são produzidas. Quanto a isso, é preciso considerar que o processo de alfabetização e letramento não se deu sempre seguindo um padrão único, comum a todos. Por exemplo, em países como a França e a Inglaterra, antes do estabelecimento da escolarização universal, instituída no século XIX, a alfabetização e o ingresso no mundo da leitura se dava, preferencialmente, não na escola, mas pela intervenção de um preceptor abalizado que atuava no domínio familiar. Além disso, a alfabetização não chegava a todos, sendo regulada, sobretudo, quando destinada aos pobres:

A instrução do povo era, quase sempre, vista como uma obra beneficente, caridosa e, fatalmente, voltada para a disciplina do "trabalho produtivo". As vésperas da Revolução Francesa, mesmo com todos os avanços do pensamento esclarecido, o temor quanto à escolarização dos pobres era ainda muito forte. Basedow (1723/90), que tem o seu nome inscrito na galeria dos pedagogos ilustrados, afirmava que "...as crianças plebéias necessitam de menos instrução do que as outras, e devem dedicar metade do seu tempo aos trabalhos manuais" (...). Filangieri (1752/88), por sua vez defendia que "O agricultor, o ferreiro, etc, não necessitam mais do que uma instrução fácil e breve para adquirir noções necessárias para a sua conduta civil e para os progressos da sua arte (...). O colono deve ser instruído para ser colono e não para ser magistrado (...). O artesão deve receber na infância uma instrução que possa afastá-lo do vício e conduzi-lo à virtude, ao amor à pátria, ao respeito às leis, uma instrução que possa facilitar-lhe o progresso na sua arte, mas nunca uma instrução que possibilite a direção dos negócios da Pátria e a administração do governo...". (Cf. BARROSO, 1999, p. 77-88)

No que tange a relação alfabetização-leitura e leitura-escrita, Chartier levanta alguns dados que revelam não haver, no período estudado pelo autor, uma equação inequívoca entre número de leitores e número de indivíduos destros na prática da escrita; nem entre o número de leitores e o número de indivíduos alfabetizados, isto é, capazes de ler e escrever, e não apenas ler. Como observa o autor, nem todos os indivíduos que sabiam ler sabiam escrever, embora todos os que sabiam escrever soubessem ler, deduzindo-se daí que havia, no referido período, um número de leitores bem superior ao número de sujeitos alfabetizados. **A propósito, diz Chartier:**

De fato, nas sociedades do Antigo Regime em que a aprendizagem da escrita sucede a da leitura e envolve apenas uma parte das crianças, é claro que, se todos os que assinam o nome sabem ler, nem todos os que lêem sabem assinar o nome. É claro também que entre os que sabem assinar nem todos escrevem, ou porque a assinatura constitui o último estágio de sua aprendizagem cultural, ou porque a falta de prática os fez perder o domínio da escrita que aprenderam outrora e cujo resquício é a assinatura. Paradoxalmente, podemos considerar que nas sociedades antigas a assinatura identifica uma população que com certeza sabe ler, mas da qual só uma parte (impossível de numerar) sabe escrever, e que não é a totalidade dos que sabem ler, pois uma parte destes (também impossível de calcular) nunca soube assinar. (Cf. ARIÈS e CHARTIER, p. 114)

Como informa Chartier, na Europa, já a partir do século XVI, uma espécie de letramento autodidata favoreceu-se, provavelmente, com o advento da fórmula editorial popular, a fórmula do livro de edição barata, popularizado no mercado ambulante. Dentre outros, um dos objetivos dessas edições era tornar acessível parte do repertório livresco antes ao alcance de poucos, bem como fazer circular textos popularescos que se encontravam fora do grupo seletivo das obras que compunham o cânon literário oficial³. O advento da edição popular tornou possível a formação de um público leitor-ouvinte leigo composto de pessoas de diversos grupos sociais, incluindo-se agricultores, artesãos e demais indivíduos pertinentes a estratos subalternos da sociedade, com pouca ou nenhuma instrução formal. Tal é o caso da literatura de cordel ibérica, do *chapbook* inglês e da *littérature de colportage* francesa, que teve seu mais importante representante no *corpus* da

³ Sobre a influência desses textos sobre a produção canônica, ver BAKHTIN, 1987.

chamada *Bibliothèque bleue*, entre outras fórmulas editoriais similares (MANDROU, 1985, CHARTIER, 1987, BOLLÈME e ANDRIERS, 2003, e ABREU, 1999). *Trata-se de um corpus literário constituído, basicamente, de almanaques, guias para as estações do ano, livretos de orações, hagiografias, exemplos, romances, farsas, canções profanas, relatos de amor e de morte, representações da sociedade, jogos, educação e mitologia histórica.* Em geral, esse *corpus* se apresentava em forma de livros ou folhetos brochados, em formato reduzido, que eram produzidos a partir de materiais reciclados, sendo, alguns desses, edições baratas e facilitadas de obras consagradas pela tradição livresca, que se destinavam a um público pouco ou não alfabetizado.

Sem dúvida, conquanto versem sobre questões localizadas na França do *Ancien Régime*, os estudos de Chartier sobre práticas de leitura não deixam de servir de fundamentação a uma reflexão sobre o processo de letramento em dados contextos culturais, na contemporaneidade. Compreendendo as práticas de uso da leitura e da escrita como produtos de contextos sociais e culturais específicos, esses estudos pressupõem a existência concomitante, em um dado contexto, de diversos modos de “ser letrado” relativos a condições específicas de produção de práticas sociais de leitura e de escrita. Acolher esse ponto de vista implica tomar a linguagem como fruto da atividade cultural, rejeitando, pois, a idéia da restrição do letramento ao âmbito escolar. De fato, a constatação da concorrência, em um mesmo contexto social, de variados modos de ser letrado, que se coadunam com as condições próprias que os tornam possível, abre novas perspectivas aos estudos sobre o processo de letramento nos países hoje chamados pós-coloniais (FIDDIAN, 2000). Esse é o caso do Brasil e de diversos países dos continentes africano e americano, em que, contemporaneamente, convivem as mais diversas práticas culturais de leitura e escrita.

A propósito, alguns dados sobre a história da edição popular no Brasil são bastante ilustrativos do modo peculiar como se deu, entre os fins do século XIX e a primeira metade do século XX, o processo de letramento do cidadão comum em nosso contexto cultural. No entanto, esta é uma história que está ainda por ser escrita. Até o momento, em nosso meio, relativamente, quase nada se publicou sobre a edição popular e os editores que aqui se especializaram na produção de livros ou brochuras de preço relativamente acessível,

direcionado a um público de leitores pouco escolarizados e de baixo poder aquisitivo. No entanto, embora, de modo geral, ainda pouco investigadas, essa prática, não tão antiga no Brasil quanto em alguns países da Europa, constitui uma parte relevante da nossa história cultural.

De fato, se observamos nossa vida literária em perspectiva histórica, levando em consideração a diversidade dos leitores que a integra, isto é, mirando além ou aquém do leitor padrão ou ideal, vemos ressaltar a importância dessas iniciativas editoriais para a formação do público leitor de um modo geral. É certo que uma cultura letrada, em qualquer parte do mundo, não se constitui graças unicamente às obras selecionadas pela instituição escolar, pela historiografia e pela crítica literária ou, de modo geral, pelas instituições culturais dominantes. Considerando, pois, esse aspecto, ressalta-se a importância de uma história lítero-cultural crítica e abrangente, que leve em conta, além das obras decorrentes do sistema do letramento oficial, a produção cultural derivada das diversas práticas editoriais que concorrem ao processo de letramento do cidadão comum.

Nessa história, haveria que se considerar, por exemplo, iniciativas como a do editor Pedro Quaresma, do Rio de Janeiro, pioneiro na publicação de modinhas populares e de histórias dedicadas ao público infantil. No final da década de 1870, no cenário da Belle époque carioca, dominado por editoras estrangeiras, que atendiam, sobretudo, a uma elite cultural e econômica, o brasileiro Pedro Quaresma se estabeleceu, difundindo, em várias partes do Brasil, uma literatura, em boa parte, feita de encomenda para um público popular (BRITO BROCA, 1975). O advento dessa editora não deixa de ser um produto da popularização do impresso no Brasil, entre as últimas décadas do século XIX e as primeiras décadas do século seguinte:

A Livraria Quaresma merece uma referência mais detalhada pelas inovações que introduziu. Tendo em vista a pouca cultura do nosso povo, Pedro da Silva Quaresma que se instalara, desde 1879, na rua São José, compreendeu que o meio de levá-lo ao livro era dar-lhe leitura fácil, amena ou de interesse prático, mas de cunho essencialmente popular, ao alcance de qualquer um e em brochuras de preço módico. Daí o verdadeiro gênero por ele criado entre nós, e o rótulo de “edição Quaresma”, que passou a designar, de maneira geral, as edições populares para o grande público. Alguns escritores de terceira categoria forneciam-lhe essa sublitteratura que ele espalhava, com grande êxito, por todos os cantos do Brasil. Em qualquer velha residência lá pelos sertões da Bahia ou pelo norte de Minas ainda é fácil descobrir-se até

hoje, num canto de gaveta, alguma dessas “edições Quaresma”. O leitor iletrado nelas encontrava um precioso elemento, que poderia, certamente, atraí-lo para um nível menos primário.”⁴

Como afirma Brito Broca, as Edições Quaresma tornaram-se referência para as edições do gênero. Pedro Quaresma, cuja livraria editora tornou-se ponto de freqüentação, não apenas do vulgo, como também de intelectuais como Machado de Assis e Olavo Bilac, divulgou, no Brasil, a fórmula do livro popular. Esta, posteriormente, seria aproveitada por editoras populares como a paraibana Popular Editora, do poeta Francisco das Chagas Batista, e da paraense Guajarina, de Francisco Lopes, que tiveram papel preponderante no estabelecimento do mercado literário do cordel no Brasil. Conquanto tenham se especializado na publicação da literatura de cordel, essas editoras também fizeram circular uma produção diversa destinada ao vulgo. Chagas Batista (1882-1930) manteve na linha de produção, além da coleção dedicada ao cordel, a que ele intitulou “Literatura Popular”, material para fins comerciais e didáticos, como também os chamados “livros de prateleira”, que eram edições populares de romances e novelas em circulação no mercado livresco geral. Já o pernambucano Francisco Lopes (1883-1947), da Guajarina, manteve duas linhas editoriais principais: o cancionero popular urbano, representado pelas modinhas e canções seresteiras à moda carioca, e a literatura de cordel. Essas editoras, no grupo das quais podemos inserir as demais folhetarias nordestinas especializadas na edição de literatura de cordel em atuação no século passado, têm em comum o domínio da linguagem editorial popular. Esta inclui, além do apelo visual das edições, a seleção de obras contendo temas ou assuntos de domínio popular, caracterizadas pela ocorrência, no texto, de fórmulas estilísticas e composicionais tomadas da poética e da narrativa tradicionalizada, nas quais se destacam dispositivos mnemônicos como marcas características da oralidade do texto.

Como se pode deduzir daí, no Brasil, em que só tardiamente foi autorizada a impressão de livros, liberada apenas depois de 1808, a partir da instalação da família real no Rio de Janeiro, a popularização da imprensa, no final do século XIX, também favoreceu

⁴ Cf. Brito Broca, 1975, p. 143.

o fenômeno do letramento informal⁵. Tal foi o caso dos poetas-editores populares Leandro Gomes de Barros, Francisco das Chagas Batista e João Martins de Athayde, que definiram o mercado de folhetos de cordel nordestinos na primeira metade do século XX. Atuando como autores proprietários da própria obra e também como autores editores de obras alheias, esses poetas, que têm em comum a origem cultural e uma formação basicamente autodidata, tornaram possível a iniciação de indivíduos não alfabetizados no campo da cultura letrada.

Dentre os mestres da edição popular responsáveis pela consolidação da literatura de cordel no Brasil e, conseqüentemente, pela formação do público leitor-ouvinte diversificado dessa produção, há que se sublinhar a empresa de João Martins Athayde (1878/80-1959). Poeta e editor autodidata, Athayde aprendeu a ler apenas no intuito de registrar as glosas que fazia oralmente, com base na poética da cantoria nordestina.⁶ Mais tarde, tendo se tornado importante editor da literatura de cordel, ele expandiu o seu mercado para quase todo o Brasil, fazendo do folheto nordestino um fenômeno popular nacional entre os anos de 1930 e 1940. A história de Athayde é digna de nota, entre outras coisas, por ilustrar como, num interior agrário brasileiro de baixíssima escolarização, do final do século XIX, onde dominava uma tradição popular, caracteristicamente oralizada, a escrita perpassa o

⁵ Sobre a instalação da imprensa oficial no Brasil, ver Sodré, 1999. Sobre a popularização da imprensa entre os séculos XIX e início do XX, ver Nascimento, 1954 e 1972.

⁶ Câmara Cascudo define a cantoria sertaneja como um conjunto de regras, de estilos e de tradições que compõem a ciência do cantador. Não se sabe, exatamente, a partir de quando a cantoria existe, sistematicamente, no Nordeste, mas, com certeza, ela surge como uma prática associada ao processo de colonização do extremo interior nordestino, possibilitada pela cultura do gado. A cantoria clássica se dá a partir da reunião de dois ou mais cantadores, acompanhados da viola sertaneja ou, mais remotamente, da rabeca. Em sua versão litorânea, acrescentou-se o pandeiro, que deu à cantoria o ritmo da embolada. Ocupando lugar secundário na apresentação, na cantoria sertaneja, o acompanhamento musical serve, basicamente, como suporte aos enunciados poéticos, que se destacam na performance do cantador. A cantoria compreende tanto a apresentação solada de um cantador que recita poemas narrativos de domínio público, quanto o *desafio*, em parte, improvisado, entre dois cantadores que disputam entre si a hegemonia verbal, com base na ciência da cantoria. Na região serrana do Teixeira, no sertão paraibano, localiza-se uma geração de cantadores e glosadores que marcaram a cantoria sertaneja na segunda metade do século XIX. A essa geração estão ligados culturalmente os poetas que estiveram na base da formação do cordel brasileiro. A propósito, para um estudo sobre a cantoria e suas formas poéticas, ver, entre outras referências, BATISTA, Sebastião Nunes. *Poética popular do Nordeste*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1982; CASCUDO, Luís da Câmara. *Vaqueiros e cantadores*. São Paulo: Itatiaia/ EDUSP, 1984; e RAMALHO, Elba B.. *Cantoria nordestina: música e palavra*. São Paulo: Terceira Margem, 2000.

horizonte de expectativas e determina o destino de um indivíduo, aparentemente, sem grandes perspectivas intelectuais. É importante sublinhar que a inserção de Athayde na cultura escrita, curiosamente se deu a partir do seu interesse pela cantoria sertaneja, despertado pelos cantadores em atuação em sua região natal. A propósito depõe Athayde:

Aos oito anos vi o primeiro cantador: Pedra Azul, famoso na redondeza. Nunca mais pude esquecer dele. Durante os três ou quatro dias que passou no povoado, não arredei o pé de junto do Pedra Azul. Acabava de comer e me botava para o lugar das cantorias - bodega, calçada ou esquina, onde se reunia o povo para ouvir os repentes. (...)

Vários cantadores vi cantando. Mas nenhum me impressionou tanto como Pedra Azul. Ainda me lembro, como se fosse hoje, do desafio de Francelino com Pedra Azul. Cantaram várias noites. Foi como eu pude ver como se rimava a sextilha. (...) (TERRA, 1983, p. 46)

Na sequência Athayde conta como o interesse pela poesia dos cantadores despertou a sua veia poética, dando-se a partir daí a sua inserção no universo da escrita:

Sentindo o desejo de escrever as minhas glosas, comprei uma carta de ABC de Landelino Rocha e andava com ela dentro do chapéu para toda parte. Eu ia tratar do gado e me sentava, às vezes abaixo dos pés de pau só para escutar as lições. (Idem)

Enquanto um gênero específico do discurso impresso em que predominam fórmulas mnemônicas e clichês herdados da tradição poética oral, a literatura de cordel nordestina tornou-se um instrumento privilegiado para a inserção de indivíduos pouco ou nada alfabetizados no âmbito da cultura escrita. Sendo um produto da popularização da imprensa no ambiente cultural nordestino, o cordel se caracteriza, quanto ao seu suporte material, por uma fórmula tipográfica simples e acessível do ponto de vista econômico. Isso tornou possível a poetas, como Leandro Gomes de Barros, viverem exclusivamente do que produziam, fomentando o advento de um público de leitores-ouvintes constituído, em parte, por indivíduos de pouca ou nenhuma escolaridade. Dessa forma, o cordel se tornou uma das principais fontes de erudição de uma série de indivíduos que o tomaram, não só como veículo de entretenimento, mas também como fonte de informação e formação. É importante ressaltar que o cordel tornou possível a iniciação na prática da leitura e da escrita muitos de seus poetas e editores, que o tiveram como uma primeira referência do

impresso. Tal foi o caso do poeta Manoel D’Almeida Filho, morto em 1995, um dos últimos descendentes diretos da linhagem poética de João Martins de Athayde, e talvez o mais importante.

Diferentemente de Athayde, que teve, declaradamente, a cantoria como principal referência poética, Manoel D’Almeida representa bem uma geração de autores formados quando o folheto já se havia consolidado no Nordeste, configurando-se, entre outras coisas, como um veículo da educação informal. Conforme declara, o autor, nascido em 1914, em Alagoa Grande, no Agreste paraibano, teve o seu primeiro encontro com as letras por meio da literatura de cordel:

Até uns oito anos mais ou menos, eu nunca tinha ido à cidade. Quando fui pela primeira vez, vi um rapaz vendendo uns folhetos na feira e pedi a meu pai para comprar um. Eu fiquei doido com aquele negócio daquelas letras, como era que se lia aquilo. Eu tinha uma prima que sabia ler alguma coisa, trocando as palavras, mas sabia. Eu comprei uma carta de ABC e ela começou a me ensinar, e assim eu fui lutando até que aprendi a carta de ABC, metade errada, metade certa; depois comprei um segundo livro. (QUINTELA, 2006, p. 135)

Embora o poeta tenha vivido a infância em uma área de cantadores, em seu relato, é, significativamente, o cordel que ele reconhece como elemento deflagrador da sua vocação poética. Poeta e editor autônomo até por volta da década de 1950, o autor que teve, além da oralidade, uma literatura diversificada como fonte de inspiração, tornou-se, a partir dessa década, um importante colaborador da editora Luzeiro, de São Paulo, especializada em literatura de cordel. Durante boa parte de sua vida, o poeta atuou como mediador entre o público tradicional do cordel e a editora paulistana, que contava com o autor para a correção ou reescrita dos originais enviados por poetas nordestinos. Autodidata sem jamais ter freqüentado regularmente a escola, D’Almeida Filho efetuou, de forma recorrente, o trânsito no âmbito da cultura letrada, tendo sido, na década de 1960, aceito como membro da Associação Sergipana de Imprensa. Foi o autor, dentre outras obras, do romance em versos *Gabriela*, feito a pedido do escritor baiano Jorge Amado, com base no romance e na telenovela homônima.

Casos como o do poeta Manoel D' Almeida Filho e João Martins de Athayde, dentre tantos outros poetas do cordel nordestino, nos obrigam a refletir e a problematizar a noção restritiva e, conseqüentemente, simplificadora do letramento como um conceito unívoco, necessariamente, associado à prática da instrução formal. A importância do fenômeno cultural por eles protagonizados avulta quando compreendemos as práticas da leitura e da escrita levando em conta a sua diversidade, isto é, a sua relação com os contextos sociais, políticos e culturais em que elas se inserem. Daí, a validade de uma história lítero-cultural que reveja questões referentes ao modo como essas práticas se constituíram no contexto brasileiro, como também as suas implicações sócio-culturais.⁷ Para tanto seria importante, se possível, como propõe Chartier para o caso francês, reconstituir as diferenciações mascaradas pela noção simplificadora, ainda hoje em voga, que opõe, sem nuances, os leitores alfabetizados aos analfabetos iletrados:

Uma primeira diferença, a mais exteriormente visível, reside na modalidade física do próprio ato léxico, que distingue uma leitura silenciosa, que é apenas o percurso dos olhos sobre a página, e uma outra, que necessita da oralização, em voz alta ou baixa. (CHARTIER, 1996, p. 82)

Da mesma forma, é preciso questionar e refletir sobre os efeitos nocivos de uma oposição radical entre oralidade e letramento, historicamente posta pela concepção grafocêntrica ocidental, que parte do pressuposto da oralidade como etapa primitiva da civilização. Lamentavelmente, a ascensão da escrita como um bem social indispensável, isto é, como signo de educação, civilização e poder, trouxe, como consequência, a subestimação e a conseqüente inferiorização da oralidade, funcionando a hegemonia da escrita, quase sempre, como forma de dominação e discriminação social. Ao invés disso, a compreensão da língua como um produto cultural, como um fenômeno decorrente da cultura e por ela regulado, nos afasta de todo julgamento de superioridade ou inferioridade desta ou daquela modalidade do uso da língua, abrindo caminho à valorização cultural das diferenças. Tal conduta implica, necessariamente, a compreensão do trânsito permanente e cada vez mais necessário

⁷ A esse respeito é digno de nota o trabalho de Ana Maria Galvão, que procura “(re)construir” o público leitor/ouvinte e os modos de ler/ouvir literatura de cordel entre 1930 e 1950, em Pernambuco. Ver GALVÃO, 2001.

entre letramento e oralidade, compreendidos aqui, não como fenômenos dicotômicos, mas como modalidades circulares e complementares da linguagem verbal.

Referências:

ABREU, Márcia. **Histórias de cordéis e folhetos**. Campinas: Mercado de Letras/ ALB, 1999.

ARIÈS, Phillippe e CHARTIER, Roger (org.). **História da vida privada. Da Renascença ao Século das Luzes**. Vol. 3. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

ATHAYDE, João Martins. **João Martins de Athayde – Antologia**. São Paulo: Hedra, 2000,

BAKHTIN, M. **A Cultura popular na Idade Média e no Renascimento**. São Paulo: HUCITEC, 1987.

BAKHTIN, M. Os Gêneros do discurso. In: BAKHTIN, M.. **Estética da criação verbal**. 4ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BARROSO, Geraldo. Universalização da escola pública: do para quê ao quanto. *Revista de Administração Educacional*. Recife: v. 1, n. 4, p. 77-88, jul./dez., 1999. Disponível em: http://www.ufpe.br/daepe/n4_6.htm. Acessado em 20/04/2010.

BATISTA, Sebastião Nunes. **Poética popular do Nordeste**. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1982.

BOLLÈME, Geneviève e ANDRIES, Lise. **La bibliothèque bleue: Littérature de colportage**. Paris: Robert Laffont, 2003.

BRITO BROCA, José. **A Vida Literária no Brasil - 1900**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1975.

CASCUDO, Luís da Câmara. **Vaqueiros e cantadores**. São Paulo: Itatiaia/ EDUSP, 1984.

CHARTIER, Roger. **Lectures et lecteurs dans l' Ancien Regime**. Paris: Seuil, 1987.

CHARTIER, Roger. **Práticas da leitura**. São Paulo: Estação Liberdade, 1996.

FIDDIAN, Robin (org.). **Postcolonial Perspectives on the Cultures of Latin America and Lusophone Africa**. Liverpool: Liverpool UP, 2000.

GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. **Cordel: leitores e ouvintes**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

GINZBURG, Carlo: **O queijo e os vermes - o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição**. São Paulo: Cia. das Letras, 1987.

MANDROU, Robert. **De la Culture populaire aux 17e et 18e siècles**. 3ª ed., Paris: Imago, 1985.

MARCUSCHI, L. A.. Oralidade e escrita. In: *Signóptica*. 9: 119-145, jan./dez. de 1997.

NASCIMENTO, Luiz do. **História da Imprensa de Pernambuco**. Doze volumes. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, Editora Universitária, 1972.

NASCIMENTO, Luiz do. **Imprensa Periódica Pitoresca de Pernambuco**. (Sinopse). Recife: Guararapes, 1954.

RAMALHO, Elba B.. **Cantoria nordestina: música e palavra**. São Paulo: Terceira Margem, 2000.

SOARES, Magda. Novas práticas de leitura e escrita: letramento na cibercultura. *Educação e Sociedade*. [online]. 2002, vol.23, n.81, p. 143-160. ISSN 0101-7330. Consultado em março de 2010.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

TERRA, Ruth Brito Lemos. **Memória de luta: primórdios da literatura de folhetos do Nordeste (1893-1930)**. São Paulo: Global, 1983.

QUINTELA, Vilma M.. **O Cordel no fogo cruzado da cultura**. Salvador, UFBA, 2006. Tese de doutoramento inédita.